



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

SOBRE ESCALA, TERRITÓRIO E ARQUIVO: A LITERATURA NA CRÔNICA DO TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL E NO MÉXICO

Thiago Carvalho (UFRJ/CAPES)

RESUMO: A dimensão escalar da espacialidade humana – e em específico a escalaridade do narcotráfico como fenômeno social inscrito profundamente nesta espacialidade – é noção de grande relevância para a análise das produções subjetivas no campo cultural latino-americano contemporâneo e convém a este trabalho como chave conceitual que tem por mérito proporcionar um eixo para a abordagem no estudo comparatista das representações discursivas que têm no narcotráfico, e em sua territorialidade, o fundamento para o desempenho de uma vasta sorte de crônicas no Brasil e no México. Obras como *Falcão: meninos do tráfico* (2006), de MV Bill e Celso Athayde e *Los morros del narco: historias reales de niños y jóvenes en el narcotráfico mexicano* (2011), de Javier Valdez Cárdenas são amostra dessa produção. Desse modo, desde a hipótese que esta determinada ordem de crônicas do tráfico esteja fundada em um arquivo do crime (como em Foucault, e em González Echevarría), que se oferece ostensivamente aos relatos artísticos, jornalístico, jurídico-criminal e do mercado de bens culturais, e, pela circularidade da dinâmica de trocas que tais discursos realizam entre si. Em tais narrativas o real está, assim, mediado discursivamente por perspectivas de apreensão em disputa, e a representação é fatura da negociação entre discursos – etnográfico, literário, jornalístico, criminalístico... Assim, seja como crônica literária, seja jornalística, o dado da escala do tráfico de drogas tem como nexos as relações que estabelecem poder e arte, quando poder converte-se em arquivo e, desde o real territorializado pelo *cartel* ou facção, passa a fundar o discurso artístico que articula a representação do real. E como a escala do tráfico como atividade econômica varia incomensuravelmente na comparação entre México e Brasil, serão distintas as formas da arte se relacionar com as heterogêneas proporções e formas do de poder do tráfico, em sua expressão territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Narcoliteratura. Território. Narcotráfico. Escala.

SOBRE ESCALA, TERRITÓRIO E ARQUIVO: A LITERATURA NA CRÔNICA DO TRÁFICO DE DROGAS NO BRASIL E NO MÉXICO

Thiago Carvalho (UFRJ/CAPES)

O território (...) é a cena do poder e o lugar de todas as relações.

Claude Raffestin

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

Milton Santos

O processo de referenciação do território é, indubitavelmente, marca contemporânea das manifestações artísticas no campo cultural latino-americano, e em específico, no caso de Brasil e México, no que tange às obras que tematizam o tráfico de drogas. Cada qual à sua maneira — isto é, em conformidade com os limites e recursos que dispõem, bem como de acordo com o seu grau de pertencimento a distintos âmbitos do intrincado polissistema ao qual se incorporam —, os bens simbólicos têm revelado propostas de um deslocamento convergente da narrativa que aponta seus sentidos (com uma inumerável diversidade de representações e discursos) para o espaço territorializado e, em específico, para as margens. Margens sociais, espaciais, econômicas, legais... e suas temáticas, estéticas, sujeitos e espaços que ganham centralidade, no que Beatriz Resende situou como “expressões de novas subjetividades que se afirmam no quadro da produção artística”, em um contexto que é tanto político quanto ético e estético (2014, p. 9-10) e que alcança

formar um sistema literário com conceitos próprios do que é literatura, propondo ainda suspender limites entre as escritas literárias e as diversas expressões artísticas, numa troca de linguagens efetiva e não de empréstimos, nas constituições de objetos artísticos múltiplos e não classificáveis em teorias ou nomeações redutoras (RESENDE, 2014, p. 13).

Assim, contiguamente, no bojo do caudal que irrompe desse deslocamento à margem, uma sorte de discursos antes acessíveis, preponderantemente, pela via dos arquivos legais e da imprensa passa a se fazer notar imperiosamente no mercado cultural a partir de discursos, agora, artísticos, simbólicos, subjetivos. E, nesse influxo, lida como texto, a música popular com sua notória sensibilidade e receptividade às influências de um real imediato foi, precocemente, pela via da oralidade e com a agilidade em interpelar o real que lhe é característica, solo fértil para a construção de relatos acerca dos espaços marginais sob a influência da territorialização empreendida pelo tráfico. É o caso de muitas canções do "proibidão de contexto", subgênero do funk carioca associado ao universo do tráfico de drogas, e de sua contraparte mexicana, o narcocorrido, nomeadamente nas suas manifestações de teor narrativo.

No Brasil, por exemplo, com o fim da década de 1980 e a virada dos anos de 1990, a consolidação do Comando Vermelho (C.V.) no papel de proeminência dentro e fora dos presídios (iniciada na década anterior) significou que este passaria, então, a dominar cerca de 70% dos pontos de venda de drogas do Rio de Janeiro — na sua esmagadora maioria localizados em favelas e espaços marginais cariocas. Enquanto

isso, a crônica diária desse processo – violento e cruel, massivo e altamente espetacularizado – esteve notadamente sob a custódia dos campos do jornalismo criminal e do juízo penal, aos quais, como produtores de discursos legitimados sobre o real, bem como sobre o crime e a violência, caberiam sujeitar a sua representação, em um processo que tendeu à objetivação dos espaços periféricos, pela via da associação desses espaços ao imaginário do delitivo e da marginalidade (não somente legal, neste caso, mas polissêmica).

Mas também é, já neste mesmo período, que começam a assomar nos meios massivos os primeiros relatos do gênero funk, em crescente popularização, acerca desses territórios – inclusive no repertório do que ficaria conhecido como “proibidão”. São dessa fase composições populares dos anos de como “Eu só quero é ser feliz”, dos Mcs Claudinho e Buchecha, genericamente classificados como funk consciente, e “Rap das armas”, tanto em sua versão “chapa branca”, mediada para a reprodução nos meios massivos, dos irmãos Mcs Júnior e Leonardo, quanto na modalidade proibida interpretada por Cidinho e Doca. Ambas canções já, a partir do discurso autônomo do subalterno, começavam a referenciar os territórios das favelas cariocas sob outras perspectivas que não aquela do lugar hegemônico do discurso.

Na literatura latino-americana, tal movimento de deslocamento da perspectiva para a margem ainda novicia – ainda que conforme Beatriz Resende sustenta, tal movimento já fosse perceptível nos anos 1980 e 1990 (2014, p. 11) –, mas há, fora do espectro das produções de teor cronicizante e etnográfico, autorizadas pelo discurso hegemônico (“objetivas” e objetivadoras portanto), um número crescente de narrativas que já abordam de modo proeminente o universo do narcotráfico e sua rede de conexões com o território urbano a partir de outros índices representacionais e âmbitos discursivos, nos quais a literalidade e o “estatuto artístico” a que se pretendem prefiguram como fundamentais, seja na cena brasileira, seja na mexicana.

Dessa maneira, passam a ser elaborados e representados modos de vida alternativos à referência externa hegemônica — a cidade, o Estado-Nação, a Lei, a moralidade... —, a partir do afloramento de regimes identitários e imaginários coletivos que ensejam a formação de contextos sociais específicos pela afirmação de localidade (distintiva, autogestionada e contrastiva), regidos pela negociação frente a uma ordem de valores intrinsecamente, e discursivamente, associados ao contexto político local de autoridade e prestígio (cujo papel preponderante acena tanto para as redes do

narcotráfico, quanto àquela em interface com a sociedade “formal” supralocal, com o qual o primeiro ora negocia, ora confronta).

A margem, sob a perspectiva da "pequena nação", nuclear, inscrita em uma “ilha urbana” da facção ou na macrorregião do cartel, em meio ao ato de imaginar-se a si mesma desenreda-se na afirmação de uma "nacionalidade" referencial, fronteiriça àquela do Estado-Nação subjacente. Desse modo, as produções artísticas do marginal, autorreferenciais (ora auto, ora intradiegeticamente), maioria no caso brasileiro, enquanto no México avultam as contribuições da crônica literária, de cunho etnográfico e narradas na terceira pessoa do discurso – ora auto, ora heterodiegeticamente), como o texto da canção "Nova Holanda e Parque União é fábrica de 155" (2015), do MC RD 155, morador da favela Nova Holanda, no Complexo da Maré, e o romance de Raquel de oliveira A número um (2015), da Rocinha, são exemplos preciosos para a investigação do ostensivo processo de territorialização das narrativas no campo cultural brasileiro contemporâneo. Bem como para a proposição de uma indagação acerca da noção de um arquivo que pudesse fundear tais narrativa, nos moldes das propostas de González Echevarría (2011 [1990]).

Em vista disso, a partir das conceitualizações de arquivo em Derrida, em Foucault e em González Echevarría, adota-se a hipótese que essa determinada ordem de bens simbólicos esteja fundada em um arquivo do crime – este mesmo em contato com arquivos outros, como o da imprensa e o da lei –, o qual se oferece ostensivamente aos relatos literário (e, de modo mais generalizado, artístico), jornalístico, jurídico-criminal e do mercado de bens culturais. De mais a mais, pela circularidade da dinâmica das trocas que tais discursos realizam entre si (em conformidade com a teorização bakhtiniana das trocas culturais), o discurso do crime e do tráfico de drogas neles inocula suas marcas, enquanto passa a ostentar caracteres daqueles enunciados com que entra em contato. São, assim, marcas as quais remetem às formas do discurso avalizado no poder vigente (em suas muitas manifestações) e que a ele convergem reiteradamente.

Tal convergência aproxima o documental (a crônica, o relato testemunhal e a história, por exemplo) e o ficcional (RESENDE, 2014, p. 14), concretamente observável nas séries literárias latino-americanas, por exemplo, em publicações recentes como *Falcão: meninos do tráfico* (2006) e *Falcão: mulheres e o tráfico* (2007), ambas de MV Bill e Celso Athayde, no Brasil, e *Los morros del narco: historias reales de niños y jóvenes en el narcotráfico mexicano* (2011) e *Miss narco: historias reales de mujeres en el narcotráfico mexicano* (2012), ambas de Javier Valdez Cárdenas, no México.

Na crônica sobre o tráfico de drogas o arquivo do crime configura-se como um repositório (estético, ético, temático...) e funcionaliza-se substitutivamente como mito fundador do ato representacional, dando vigência aos discursos disponibilizados no imaginário social, dos quais têm reiterada presença os discursos do mercado de bens culturais (e dos meios massivos, das grandes corporações dos media). Em tais narrativas o real está assim, altamente mediado discursivamente por perspectivas de apreensão em disputa. E a representação é, conseqüentemente, a fatura da negociação entre discursos – o “grande discurso da Nação”, o etnográfico, o literário, o jornalístico, o criminalístico...

Os aportes de Derrida, Foucault e González Echevarría acerca do conceito estabelecem suas relações íntimas com os contextos de autoridade e, no concernente aos discursos em circulação no meio sociocultural, segundo Diana Klinger, o arquivo “aborda a estocagem das impressões e a cifragem das inscrições, mas também a censura e o recalçamento” (KLINGER, 2007, p. 170-171, grifos da autora). Assim, todo arquivo seria, simultaneamente, “instituidor e conservador, revolucionário e tradicional. Econômico: guarda, põe em reserva, economiza, mas fazendo a lei (nomos)” (KLINGER, 2007, p. 171). A isso a mesma autora complementa:

O arquivo, como impressão, escritura, não é somente o local de conservação de um conteúdo passado. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. A estrutura técnica do arquivo arquivante determina a estrutura do conteúdo arquivável em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. Pois a questão do arquivo não é uma questão do passado: trata-se do futuro, de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para amanhã (KLINGER, 2007, p. 172).

Ademais, o arquivo manifesta seu caráter condicionante, estando associado às questões da propriedade, publicidade e reprodução dos discursos e subordina-os formal e estruturalmente (esteticamente, portanto), temática e, no limite, eticamente. Algo de que tanto Echevarría quanto Foucault corroboram. Enquanto referencial, o arquivo consigna de maneira profunda os discursos que se engendram a partir de sua autoridade. É ele que, na recolha de discursos hegemonicamente situados na urdidura dos enunciados do poder e da submissão, assevera a manutenção das balizas do prestigiado e avalizado nas demais formas de discurso. Tal como, por exemplo, os discursos do mercado, da lei e dos media moldam os da cultura – na literatura, na música, e em outras manifestações simbólicas. Estas acabam por restituir cumulativamente, “sob nova pele”, seus próprios discursos ao arquivo, grafando nele novas dicções, porque

reproduzindo as formas do poder tornam-se admissíveis enquanto narrativas do arquivo. Mas, e quanto aos discursos refutados, silenciados, ilícitos ao arquivo?

Derrida os coloca no horizonte dos “Arquivos do mal”, extremamente prolíficos para o tema do narcotráfico: “dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, ‘recalcados’”. E desde este acercamento a proposição de um “arquivo do crime” (contribuição nossa para a teoria do arquivo) passa a viger como parte desses conteúdos espúrios os quais contestam o arbítrio sobre a edificação do arquivo hegemônico. Em um momento em que a fragmentação do campo (a que Derrida nomeia de “mal do arquivo”) perturba as regras da autoridade sobre os discursos que novos arquivos se manifestam. O arquivo do crime desponta dessa brecha. E dele novas discursividades, precipuamente sob a forma das narrativas do tráfico de drogas, a face mais conspícua, especialmente em países como o Brasil e o México, do crime, ainda que outras formas do delitivo (e da violência e da crueldade) também emergjam narrativamente da clandestinidade.

Desta feita, a dimensão escalar da espacialidade humana – e em específico a escalaridade do narcotráfico como fenômeno social inscrito profundamente nesta espacialidade – é noção de grande relevância para a análise das produções subjetivas no campo cultural latino-americano contemporâneo e convém à investigação das relações entre arte narrativa e narcotráfico como chave conceitual que tem por mérito proporcionar um conveniente eixo para a abordagem no estudo comparatista das representações discursivas que têm no narcotráfico, e em sua territorialidade, o fundamento para o desempenho de uma vasta sorte de crônicas no Brasil e no México.

Enquanto no México o gênero narcoliteratura encontrou ampla difusão, com uma extensa gama de lançamentos todos os anos desde, ao menos, a primeira metade dos anos de 2010 sendo tomado enquanto objeto de consumo cultural de alto valor (na relação entre demanda por parte do público e muito maior oferta do mercado local e, inclusive, como objeto amplo de investigação acadêmica), no Brasil o mesmo não pode ser verificado apesar da relevância que o fenômeno tem para a nossa sociedade, com uma diversidade de consequências na vida material dos indivíduos, principalmente, nas grandes cidades. Em especial no Rio de Janeiro, onde o Comando Vermelho territorializa uma quantidade relevante de espaços.

Dado que o narcotráfico, como fenômeno social, assume o papel de agente produtor do espaço, concreta e simbolicamente, a escala de suas atuações revela-se conteúdo imprescindível para a efetiva e aprofundada pesquisa em tela. E como a escala

do tráfico como atividade econômica (economia de escala) varia incomensuravelmente na comparação entre a macrorregião sob o domínio do Cartel de Sinaloa (no qual assume proporções atacadistas, focado na logística do fornecimento, majoritariamente, para o mercado consumidor estadunidense, e espacialmente se organiza de modo regional) e Brasil (varejo, para o mercado interno, sob a forma de um território descontínuo, em rede), serão distintas as formas da arte se relacionar com as heterogêneas proporções e formas do poder do tráfico, em sua expressão territorial, sempre atravessado pelos discursos sobre si, e o modo como o tráfico, enquanto forma heterogênea de poder, interfere no campo cultural de modo a inscrever seus próprios relatos no imaginário cultural, prefigurando-se (o cartel, o Comando Vermelho, o narcotraficante, o marginal) em mito do arquivo como repertório discursivo do qual emana a crônica do contemporâneo.

Portanto, ainda que sob o risco de impor, na comparação proposta entre Brasil e México, escalas distintas para um fenômeno que não é homogêneo e assume grandezas contrastantes, seja no volume de negócios, seja na extensão territorial na qual exerce domínio, o fato de que “os fenômenos, relações sociais e práticas espaciais mudam ao se alterar a escala espacial da ação humana” (CORRÊA, 2011, p. 2) corrobora para acentuar o contraste e favorece a hipótese de que há relação entre estas características e a representação das mesmas na produção subjetiva e no mercado de bens simbólicos.

Para tanto, a convicção de que o narcotráfico como agente produtor do espaço no México tenha atingido uma sorte de práticas de dimensões avassaladoras, chegando a atuar de modo a interferir profundamente na reprodução socioeconômica e cultural em uma escala até antes inimaginável (nacional e mesmo transnacional, dada sua presença efetiva nos Estados Unidos), torna patente que se investigue a escala espacial de sua atuação em consonância com uma escala de operações de igual proporção, sabendo-se que no nível local há aproximações com o caso carioca, ainda que seja mais relevante pensar, como sinédoque, tanto o todo pela parte, quanto a parte pelo todo, ou seja, um deslizamento de escalas para proporcionar uma abordagem mais equânime entre os dois casos em que os objetos de pesquisa crônica literária e música popular se fazem patentes.

Preliminarmente, associa-se o caso do Cartel de Sinaloa um processo de concentração-centralização do tráfico, através do qual os sujeitos nele envolvidos (e os negócios da lavagem de divisas, “oficiosos”) “atuam decisivamente na (re)produção e transformação do espaço” (CORRÊA, 2011, p. 4), realizando-o nas escalas local,

regional, nacional e transnacional, enquanto o Comando Vermelho teria sua atuação restrita ao âmbito microlocal (a favela, como “espaço vernacular” (CORRÊA, 2011, p. 11)) e local (a cidade do Rio de Janeiro, de modo descontínuo, ou seja, em rede e a região metropolitana, ainda que se tenha notícia de sua atuação, pontual, em outros estados brasileiros). Portanto, pode se verificar uma articulação de escalas múltiplas e heterogêneas com resultados distintos no interior de cada um dos agentes e na comparação entre eles.

Sendo resultado da ação de ambos os agentes, e em conformidade com os limites de suas capacidades de atuação e suas relações com outras esferas de poder, como suas refregas com outros cartéis e facções, o Estado, e mesmo com setores diversos da sociedade civil, a produção de enclaves e fronteiras com a “cidade formal” (ou com o espaço territorializado por uma extensa gama de outros agentes) os inserem

na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. [E os mesmos] [r]efletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram (CORRÊA, 2011, p. 5)

ou dos quais se apropriaram de modo a materializar “os processos sociais na forma de um ambiente construído” (CORRÊA, 2011, p. 5) real e simbolicamente.

Uma das diferenciações relevantes que emana da diferenciação da escalaridade entre os agentes aqui elencados está relacionado às suas identificações (ou não) com os “tipos ideais” de agentes da produção do espaço enumerados por Roberto Lobato Corrêa. Se o Comando Vermelho atém-se a sua prática nas bases do que o pesquisador atribui aos “grupos sociais excluídos”, estando na ponta da cadeia econômica do negócio das drogas, o mesmo não pode ser dito da atuação do Cartel de Sinaloa, que assume funções diversificadas no âmbito mexicano, ostentando-se enquanto proprietário dos meios de produção, como proprietário fundiário, como promotor imobiliário e demais formas da prática econômica, tal como a administração de portos, por exemplo, dada a sua diversificação no que tange às atividades produtivas alinhavada ao seu desmedido poder econômico e da necessidade de utilizar-se de atividades legais para a chamada “lavagem” do dinheiro auferido com o tráfico de drogas. Além disso, existe hoje o consenso de que nas mais diversas instâncias do Estado a presença do tráfico não pode ser ignorada. Atribui-se ao Cartel a participação concreta nas atividades políticas, policiais e judiciais da vida social mexicana.

É nessas balizas que se pretende amparar a pesquisa em literatura a partir dos aportes geográficos para a investigação, de maneira mais abrangente, do fenômeno do narcotráfico em suas dimensões objetivas e imateriais pois, conforme sugerido por Corrêa a pesquisa deve se dispor ao “estudo da ação (estratégias e práticas)” (2011, p. 14) do tráfico em sua espacialidade multiescalar, de modo a responder aos questionamentos assinalados quanto à variação dos agentes Cartel de Sinaloa e Comando Vermelho em cada área sob suas influências, bem como em cada uma das escalas em que se faz presente; quanto aos conflitos e negociações efetivados para que seus objetivos econômicos e territoriais fossem alcançados; quanto aos impactos sociais, econômicos e políticos resultantes de suas atuações; e quanto a seus impactos na organização do espaço de modo a pensar as narrativas que assomam como seus resultados no polissistema cultural, e em especial nos negócios do campo editorial nos dois países.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a cidade. In: *Revista brasileira de geografia - IBGE*, Rio de Janeiro, vol. 41, nº 3, pp. 100-110, 1979.

_____. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPÓSITO, M.E.B (orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

DIAS, Ângela Maria. Representações contemporâneas da crueldade: para pensar a cultura brasileira recente. In: DIAS, Ângela Maria; GLENADEL, Paula (orgs.). *Estéticas da crueldade*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004. pp. 15-23.

FOULCAULT, Michel. A punição generalizada. In: _____. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2010. pp. 71-99.

_____. O a priori histórico e o arquivo. In: _____. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 143-149.

_____. Omnes et singulatim: por uma crítica da “razão política”. Trad. Heloisa Jahn. In: *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, nº 26, pp. 77-98, 1990.

GRANDI, Matheus da Silveira. *A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto*. 2015. 345f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. In: *GEOgraphia*, Niterói, vol. 1, nº 1, pp. 15-39, 1999.

HOGGART, Richard. “Nós” e “Eles”. In: _____. *As utilizações da cultura*. Trad. Maria do Carmo Cony. Lisboa: Presença, 1975. pp. 87-108.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. A conferência. *Terceira margem*: Revista da Pós-Graduação em Letras da UFRJ. Rio de Janeiro, ano II, n. 2, p. 9-24, 1994.

_____. Crônica marginal. In: RESENDE, Beatriz; FINAZZI-AGRÓ, Ettore. *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2014. pp. 25-38.

KLINGER, Diana. Paixão do arquivo. In: *Matraga*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 21, pp. 170-175, 2007.

LUDMER, Josefina. Las tretas del débil. In: GONZÁLEZ, P.E.; ORTEGA, E. (ed.) *La Sartén por el mango*. Encuentro de escritoras latinoamericanas. Río Piedras/Puerto Rico: Ediciones Huracán, 1985. p.51.

MARSTON, Sallie A. The social construction of scale. In: *Progress in human geography*, v. 20, n. 2, p. 219-242, 2000.

MC RD 155. *Nova Holanda e Parque União é Fábrica de 155* (fonograma). Inédito em CD, publicação no Youtube, 2015.

_____. *Vô representá os menor do 155* (fonograma). Inédito em CD, publicação no Youtube, 2005.

MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. In: *Progress in human geography*, v. 32, n. 2, p. 203-225, 2008.

MV BILL; ATHAYDE, Celso. *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. *Falcão: mulheres e o tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

OLIVEIRA, Raquel. *A número 1*. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

RATZEL, Friedrich. O Estado como organismo ligado ao solo. Trad. Matheus Pfrimer. In: *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 29, pp. 51-58, 2011.

RESENDE, Beatriz. Possibilidades da nova escrita literária no Brasil. In: RESENDE, Beatriz; FINAZZI-AGRÓ, Ettore. *Possibilidades da nova escrita literária no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2014. pp. 9-23.

SANTOS, Milton. Espaço e a noção de totalidade. In: _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo*. São Paulo: EdUSP, 2012. pp. 113-128.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Teoria do partisan. Trad. Geraldo de Carvalho. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Acaso e necessidade na ética do crime ou o uso da crítica literária na análise sociológica do discurso ordinário. In: _____. *Legalidade libertária*. Rio de Janeiro: Lumen-Juris, 2006.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das “áreas de risco” à “ubiquidade do risco”. In: _____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. pp. 51-87.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. pp. 77-116.

VALDEZ CÁRDENAS, Javier. *Los morros del narco*: historias reales de niños y jóvenes en el narcotráfico mexicano. México D.F.: Punto de Lectura, 2012

_____. *Miss narco*: historias reales de mujeres en el narcotráfico mexicano. México D.F.: Aguilar, 2011.